

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

Dados dessazonalizados

2002 = 100

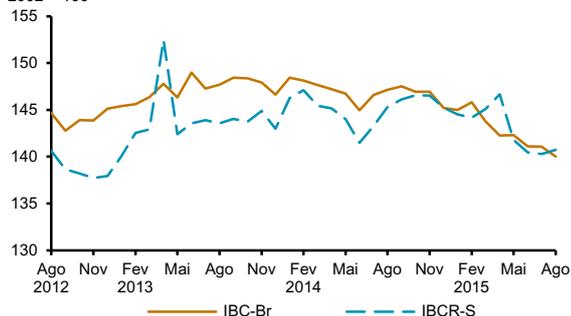


Gráfico 5.2 – Comércio varejista – Sul

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.1 – Comércio varejista – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2014 Ano	2015 Mai ^{1/}	2015 Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	1,9	-1,6	-2,7	-1,1
Combustíveis e lubrificantes	4,7	1,1	-3,6	0,5
Hiper e supermercados	0,8	-1,8	-2,9	-0,9
Tecidos, vestuário e calçados	0,0	-3,2	-2,6	-5,2
Móveis e eletrodomésticos	0,9	-3,5	-5,0	-6,0
Comércio varejista ampliado	-0,6	-4,2	-4,2	-5,7
Automóveis e motocicletas	-5,3	-11,3	-5,1	-13,8
Material de construção	2,8	-3,3	-3,4	-2,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Os principais indicadores da atividade do Sul evidenciam continuidade do processo de arrefecimento da economia da região. Nesse sentido, em ambiente de moderação no crédito e de deterioração do mercado de trabalho, destacou-se, no trimestre encerrado em agosto, o impacto dos desempenhos negativos do comércio e da indústria, mitigado pelas trajetórias da agricultura e da balança comercial. Nesse cenário, o IBCR-S recuou 2,8% em relação ao trimestre finalizado em maio, quando decrescera 0,1%, nesse tipo de comparação, dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador recuou 0,2% em agosto (elevações de 0,1% em maio e de 1,6% em agosto de 2014).

As vendas do comércio ampliado da região retraíram 4,2% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao terminado em maio, quando recuaram 4,2%, no mesmo tipo de comparação, dados dessazonalizados da PMC do IBGE (veículos, -5,1%; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, -8,4%). O comércio varejista, excluídas as variações nas vendas de veículos e de material de construção (3,4%), recuou 2,7% no período, ante -1,6% no trimestre finalizado em maio.

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado decresceram 5,7% em agosto, ante 5,2% em maio (veículos, -13,8%; móveis, -8,6%). O comércio varejista, excluídas as variações nas vendas de veículos e de material de construção (-2,7%), retraiu 1,1% no período (aumento de 0,3% até maio).

As vendas de automóveis e comerciais leves novos totalizaram 346,7 mil unidades nos nove primeiros meses do ano, de acordo com a Fenabreve, recuando 28,2% em relação a igual período de 2014 (comerciais leves, -61,3%).

O volume do setor de serviços recuou 3,2% no trimestre finalizado em agosto, em relação a igual período de 2014, segundo a PMS do IBGE (transportes e correios,

Tabela 5.2 – Volume de serviços – Sul

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

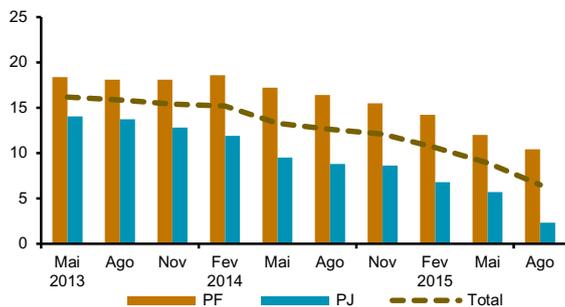
Segmentos	Var. %			
	2014	2015		
	Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Total	3,1	-3,6	-3,2	-1,7
Serviços prestados às famílias	-0,3	-8,4	-5,0	-3,4
Serviços de informação e comunicação	9,4	1,8	0,7	3,4
Serviços profissionais e administrativos	-0,3	-3,9	-2,8	-1,4
Transportes e correios	-0,5	-8,0	-6,6	-6,3
Outros serviços	3,3	-5,1	-9,6	-3,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

-6,6%; outros serviços, -9,6%). Considerados intervalos de doze meses, o indicador decresceu 1,7% em agosto (transportes e correios, -6,3%; outros serviços, -3,7%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1mil contratadas no Sul somou R\$544,7 bilhões em agosto, aumentando 0,1% no trimestre e 6,5% em doze meses. As operações com recursos direcionados somaram R\$292,1 bilhões (aumentos respectivos de 0,3% e 9,7%) e as efetuadas com recursos livres, R\$252,7 bilhões, variando -0,2% no trimestre e 3,0% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas totalizou R\$290,6 bilhões, crescendo 1,3% no trimestre e 10,4% em doze meses, com destaque para as modalidades financiamentos imobiliários e crédito pessoal consignado. A carteira de pessoas jurídicas somou R\$254,1 bilhões, com recuo de 1,3% no trimestre e elevação de 2,3% em doze meses, destacando-se a redução no saldo das operações contratadas pela indústria de transformação (principalmente de alimentos e bebidas, exceto açúcar em bruto e de máquinas e equipamentos) e pelo segmento serviços industriais e de utilidade pública (sobretudo na geração, transmissão e distribuição de eletricidade e gás).

A inadimplência das operações de crédito da região atingiu 2,8% em agosto, aumentando 0,2 p.p. no trimestre e 0,3 p.p. em doze meses. A evolução trimestral repercutiu elevação de 0,1 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,3 p.p. no de pessoas jurídicas, que registraram taxas de 2,8%.

Os desembolsos do Sistema BNDES totalizaram R\$19,3 bilhões nos oito primeiros meses de 2015 (R\$23,8 bilhões em igual período de 2014), dos quais 45,6% destinados às micro, pequenas e médias empresas.

Tabela 5.3 – Evolução do emprego formal – Sul

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014	2015			
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	-2,9	51,7	-68,9	-11,0	-103,6
Indústria de transformação	-19,9	-13,8	-26,4	-8,0	-57,9
Comércio	-1,6	38,6	-23,3	0,3	-21,7
Serviços	18,6	22,6	-6,5	9,9	-13,7
Construção civil	-2,2	-4,2	-13,1	-3,2	-11,0
Agropecuária	1,4	8,0	2,1	-11,2	2,1
Serviços ind. de utilidade pública	0,3	0,2	0,5	-0,4	-0,3
Outros ^{2/}	0,4	0,2	-2,2	1,5	-1,1

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

O indicador ICF, elaborado pela CNC, atingiu 86,1 pontos no terceiro trimestre de 2015 (100,8 pontos no segundo e 127,6 pontos em igual trimestre de 2014). O índice situou-se na zona que indica insatisfação dos consumidores (abaixo dos 100 pontos) pelo quarto mês em sequência, repercutindo piora nos sete componentes, em especial nos relativos ao acesso ao crédito e à perspectiva de consumo.

O Índice Confiança do Empresário do Comércio (Icec), calculado pela CNC, atingiu 81,4 pontos no terceiro trimestre de 2015 (81,8 pontos no segundo e 105,3 pontos em igual intervalo de 2014), patamar 1,5 ponto inferior ao do indicador nacional. O indicador encontra-se em área que aponta falta de confiança (abaixo de 100 pontos), refletindo,

Tabela 5.4 – Necessidades de financiamento – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014 Jan-jun	2015 Jan-jun	2014 Jan-jun	2015 Jan-jun
Total	-2 925	-4 604	4 498	5 324
Governos estaduais	-2 010	-4 071	4 413	5 272
Capitais	134	-75	26	38
Demais municípios	-1 049	-457	59	13

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 5.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida 2014 Dez	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/} 2015 Jun	
		Nominal Primário	Juros	Total ^{3/}	Outros ^{4/}	
	Total	83 907	-4 604	5 324	720	2 020
Governos estaduais	85 423	-4 071	5 272	1 200	1 981	88 604
Capitais	1 059	-75	38	-37	24	1 046
Demais municípios	-2 575	-457	13	-444	15	-3 004

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 5.6 – Dívida líquida – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões		
	2013 Dez	2014 Dez	2015 Jun
Dívida bancária	6 660	9 919	10 222
Renegociação ^{2/}	64 542	65 822	68 303
Dívida externa	7 599	10 197	11 924
Outras dívidas junto à União	3 776	3 768	3 884
Dívida reestruturada	298	213	248
Disponibilidades líquidas	-5 742	-6 012	-7 934
Total (A)	77 135	83 907	86 647
Brasil^{3/} (B)	578 634	655 704	687 821
(A/B) (%)	13,3	12,8	12,6

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

sobretudo, a avaliação das condições atuais da economia brasileira.

A economia do Sul eliminou 103,6 mil empregos formais no trimestre encerrado em agosto (-2,9 mil em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTE, dos quais 57,9 mil na indústria de transformação (10,9 mil relativos a demissões sazonais na indústria da borracha, fumo e couro), 21,7 mil no comércio, 13,7 mil em serviços e 11 mil na construção civil. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal recuou 1,0% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando retraiu 0,4%.

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul totalizou R\$4,6 bilhões no primeiro semestre (R\$2,9 bilhões em igual período de 2014). Houve aumento de 102,5% no *superavit* dos governos estaduais; reversão, de *deficit* de R\$134 milhões para *superavit* de R\$75 milhões, no resultado das capitais; e redução de 56,4% no resultado *superavitário* dos demais municípios.

Os juros, apropriados por competência, somaram R\$5,3 bilhões no semestre, ante R\$4,5 bilhões em igual período de 2014, evolução associada à variação do IGP-DI, principal indexador da dívida renegociada junto à União, passivo que representa a maior parcela do endividamento regional. O resultado nominal totalizou *deficit* de R\$720,0 milhões no período (R\$1,6 bilhão no primeiro semestre de 2014).

Considerados dados consolidados, os governos dos três estados, das capitais e dos principais municípios do Sul acumularam *superavit* primário de R\$2,2 bilhões no período de doze meses até agosto (R\$1,6 bilhão em 2014). A apropriação de juros totalizou R\$9,9 bilhões e o resultado nominal, *deficit* de R\$7,7 bilhões (R\$7,2 bilhões e *deficit* de R\$5,6 bilhões, na ordem, em 2014).

A dívida líquida dos três segmentos considerados atingiu R\$92,3 bilhões em agosto de 2015 (68,6% do Rio Grande do Sul), elevando-se 10,0% em relação a dezembro de 2014 e passando a representar 12,6% do endividamento de todas as regiões.

A receita de ICMS totalizou R\$44,1 bilhões nos oito primeiros meses de 2015, segundo a Cotepe do Ministério da Fazenda, aumentando 3,8% em termos reais (considerado o IGP-DI como deflator), em relação a igual intervalo de

Tabela 5.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2014			Agosto de 2015		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}	
PR	17 074	624	1 843	18 297	199	1 902
RS	58 075	-975	4 032	63 287	-1 632	5 201
SC	8 758	-1 248	-226	10 704	-784	584
Total (A)	83 907	-1 599	5 649	92 288	-2 216	7 687
Brasil^{4/} (B)	655 704	10 713	67 433	730 720	4 284	82 410
(A/B) (%)	12,8	-14,9	8,4	12,6	-51,7	9,3

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 5.8 – Produção agrícola – Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Varição %
		2014	2015	2015/2014
Grãos	72,0	70 738	77 561	9,6
Soja	40,2	29 533	34 813	17,9
Milho	14,0	24 266	24 684	1,7
Arroz (em casca)	8,6	9 477	9 926	4,7
Trigo	5,3	5 652	6 233	10,3
Feijão	3,3	1 086	964	-11,3
Outras lavouras				
Fumo	8,1	842	856	1,7
Cana-de-açúcar	4,0	50 131	52 094	3,9
Mandioca	3,8	5 440	5 802	6,7
Maçã	1,5	1 372	1 263	-8,0
Uva	1,3	961	1 026	6,7

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2015.

Tabela 5.9 – Preços médios pagos ao produtor – Sul

Produtos	Variação % no período		
	2015		
	Mês ^{1/} (Set)	Trimestre ^{2/} (Jul-Set)	Acumulado no ano ^{3/}
Soja	5,9	12,3	-0,1
Arroz (em casca)	4,2	-2,4	0,2
Feijão	4,1	-8,7	-6,9
Milho	7,1	6,3	1,3
Trigo	2,2	-0,5	-13,0

Fontes: Emater/RS, Cepa/SC e Seab/PR

1/ Em relação ao mês anterior.

2/ Em relação ao trimestre anterior.

3/ Até setembro, em relação ao mesmo período do ano anterior.

4/ Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS); Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina (Cepa/SC); e Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (Seab/Pr).

5/ Corrigido pelo IGP-DI.

2014. A receita aumentou 5,3% no período de doze meses encerrado em agosto. As transferências da União, incluídos os recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), somaram R\$14,4 bilhões nos oito primeiros meses do ano e R\$21,4 bilhões no intervalo de doze meses até agosto, conforme a STN, com reduções reais respectivas de 1,5% e 1,4%.

A safra de grãos do Sul para 2015 está estimada em 77,6 milhões de toneladas (36,9% da produção nacional), de acordo com o LSPA de setembro do IBGE. O aumento anual de 9,6% repercutiu projeções de elevações para as colheitas de trigo (10,3%), soja (17,9%), arroz (4,7%) e milho (1,7%), e recuo de 11,3% para a de feijão. Dentre as demais culturas, assinale-se a projeção de redução de 8,0% para a produção de maçã.

As cotações médias de milho, arroz, soja, feijão e trigo variaram 1,3%, 0,2%, -0,1%, -6,9%, e -13%, respectivamente, nos nove primeiros meses de 2015, em relação a igual intervalo do ano anterior, de acordo com a Emater/RS, Cepa/SC e Seab/PR⁴.

O VBP real⁵ das lavouras, calculado em setembro pelo Mapa, deverá crescer 3,0% em 2015, destacando-se as projeções de aumentos respectivos de 10,3% e 2,1% para os da soja e do trigo, e de reduções para os do milho (8,0%), feijão (3,8%) e arroz (1,7%).

Os abatimentos de bovinos, aves e suínos, em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram -13,8%, -0,1% e 5,4%, respectivamente, nos oito primeiros meses de 2015, em relação a igual intervalo de 2014, conforme o Mapa. No mesmo período, as cotações médias desses produtos variaram, na ordem, 22%, 3,4% e -1,8%, de acordo com a Emater/RS, a Cepa/SC, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/USP) e a Seab/PR, e as respectivas exportações oscilaram -18,3%, 10% e 10,3%, segundo o MDIC.

O VBP real⁵ da pecuária deverá aumentar 0,1% em 2015, conforme estimativa do Mapa realizada em setembro, reflexo de variações nos relativos aos itens leite (-7,1%), frango (-0,6%), suínos (2,6%), ovos (6,4%) e bovinos (8,1%).

A produção industrial do Sul recuou 2,9% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em

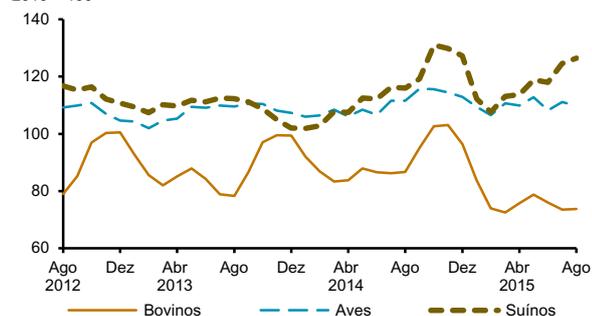
Tabela 5.10 – Indicadores da pecuária – Sul
Agosto de 2015

Discriminação	Variação % no ano		
	Abates (nº de animais)	Exportações (kg)	Preços (R\$)
Bovinos	-13,8	-18,3	22,0
Suínos	5,4	10,3	-1,8
Aves	-0,1	10,0	3,4

Fonte: Mapa, Emater/RS, Cepea/USP, Seab/PR, Cepa/SC e MDIC

Gráfico 5.4 – Abates de animais – Sul

Média móvel trimestral
2010 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 5.11 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2015			
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses	
Indústria geral	100,0	-1,4	-2,9	-6,6	
Produtos alimentícios	19,7	0,8	0,7	-0,9	
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	-13,3	-5,7	-20,3	
Máquinas e equipamentos	8,8	-2,4	-9,6	-14,7	
Derivados petróleo e biocombustíveis	8,3	3,9	-3,6	-2,0	
Outros produtos químicos	5,7	2,6	-3,8	1,5	
Produtos de metal	5,7	-3,3	-4,5	-8,5	
Artigos de vestuário e acessórios	3,9	4,4	14,1	-2,3	
Máquinas, aparelhos e mat. elétricos	4,0	-4,4	-13,1	-10,7	

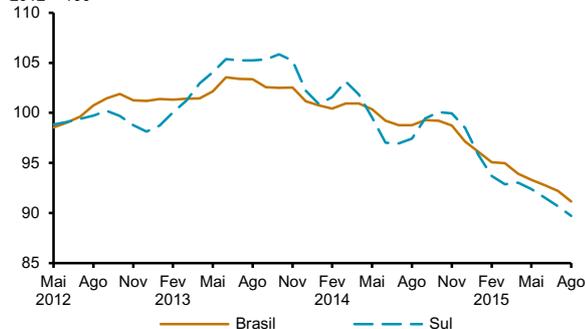
Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.5 – Produção industrial

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

maio, quando decrescera 1,4% nessa base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE (máquinas e equipamentos, -9,6%; veículos, -5,7%; máquinas, aparelhos e materiais elétricos, -13,1%; celulose, papel e produtos de papel, 19,0%).

A análise em doze meses mostra que a produção industrial do Sul contraiu 6,6% em agosto (-7,1% até maio), repercutindo recuos em catorze das dezoito atividades pesquisadas (veículos, -20,3%; metalurgia, -19,6%; máquinas e equipamentos, -14,7%; e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, -10,7%).

O Icei do Sul, elaborado pela CNI, atingiu 35,5 pontos no terceiro trimestre de 2015 (38,2 pontos no segundo e 43,6 pontos em igual período de 2014). O indicador manteve-se em zona que aponta reduzida confiança dos empresários (abaixo de 50 pontos) pelo sexto trimestre consecutivo.

Os estoques de produtos finais da indústria de transformação do Sul permaneceram acima do planejado no trimestre finalizado em agosto (56,6 pontos), e em patamar semelhante aos observados nos trimestres encerrados em maio de 2015 e em agosto de 2014, segundo indicador da Sondagem Industrial da CNI. Valores acima de 50 pontos refletem percepção de estoques em excesso.

O nível de utilização da capacidade instalada da indústria do Sul⁶ atingiu 76,5% no trimestre finalizado em agosto (77,5% no encerrado em maio), dados dessazonalizados.

As vendas de ônibus e caminhões totalizaram 15,1 mil unidades nos nove primeiros meses de 2015, segundo a Fenabreve, recuando 44,9% em relação a igual período de 2014.

A balança comercial do Sul foi superavitária em US\$3,4 bilhões nos nove primeiros meses de 2015 (*deficit* de US\$1,9 bilhão em igual período de 2014), de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$31,1 bilhões e as importações, US\$27,7 bilhões, reduzindo-se 10,1% e 24,3%, respectivamente, no período.

A retração das exportações repercutiu variações de 6,9% no *quantum* e de -15,9% nos preços. Os embarques de produtos básicos (52,3% do total) recuaram 12,1% (soja,

6/ Calculado a partir de ponderação dos indicadores de cada estado, divulgados pela Fiergs, Fiesc e Fiep, pela participação das indústrias dos estados respectivos na produção do Sul, considerada a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE para 2010.

Gráfico 5.6 – Confiança do empresariado – Sul
Em pontos



Fontes: CNI e CNC

Tabela 5.12 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	34 593	31 098	-10,1	-16,8
Básicos	18 508	16 268	-12,1	-22,3
Industrializados	16 084	14 830	-7,8	-11,2
Semimanufaturados	2 568	2 352	-8,4	-8,4
Manufaturados ^{1/}	13 516	12 478	-7,7	-12,2

Fonte: MDIC/Secex

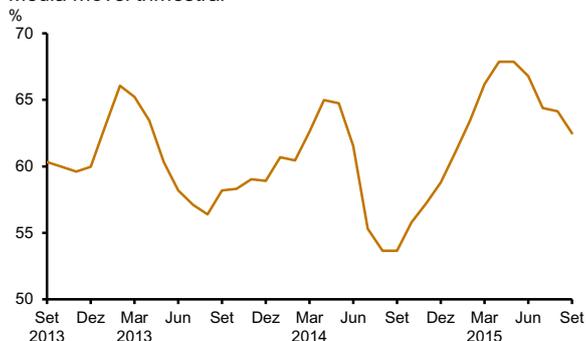
1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.13 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	36 531	27 671	-24,3	-23,0
Bens de capital	6 860	5 577	-18,7	-17,5
Matérias-primas	19 122	14 827	-22,5	-19,1
Bens de consumo	6 613	5 166	-21,9	-16,0
Duráveis	3 531	2 500	-29,2	-21,6
Não duráveis	3 082	2 666	-13,5	-9,7
Combustíveis e lubrificantes	3 935	2 101	-46,6	-46,2

Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 5.7 – IPCA – Índice de difusão – Sul
Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

-16,6%; carne de frango, -3,7%; fumo, -11,6%; carne de suíno, -10,3%); os de manufaturados, 7,7% (motores para veículos, -14,4%; motores, geradores e transformadores elétricos, -24%); e os de semimanufaturados, 8,4% (açúcar de cana, -15,0%; couros e peles, -22,6%). China, EUA e Argentina adquiriram, em conjunto, 38,8% das vendas externas da região nos nove primeiros meses do ano, com variações respectivas de -6,6%, -8,3% e -5,7%, em relação ao mesmo período de 2014.

O desempenho das importações refletiu decréscimos de 14,1% na quantidade e de 11,8% nos preços. Houve reduções nas compras em todas as categorias de uso: matérias-primas e de produtos intermediários (53,6% do total), 22,5% (naftas, -43,9%; partes e peças para veículos, -24,6%; adubos e fertilizantes, -23,5%); bens de capital, 18,7% (veículos de carga, -28,4%); bens de consumo, 21,9% (automóveis, -43,3%); combustíveis, 46,6%. As aquisições provenientes da China, Argentina e EUA responderam, em conjunto, por 42,6% das compras da região nos nove primeiros meses do ano, com variações respectivas de -10,4%, -29,7% e -8,8% em relação a igual intervalo de 2014.

A variação do IPCA no Sul⁷ atingiu 1,78% no terceiro trimestre de 2015, ante 2,73% no segundo. Houve desacelerações nos preços livres, de 2,44% para 1,56%, e nos monitorados, de 3,69% para 2,49% (produtos farmacêuticos, -1,63%).

O comportamento dos preços livres repercutiu desacelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 2,79% para 1,92% (vestuário, -0,06%; leites e derivados, de 9,49% para 0,48%) e dos não comercializáveis, de 2,12% para 1,22% (tubérculos, -15,72%; automóvel usado, -1,53%; passagens aéreas, -3,69%).

O índice de difusão atingiu 62,5% no trimestre encerrado em setembro (66,8% no finalizado em junho e 53,6% em igual período de 2014).

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da região variou 10,80% em setembro (9,77% em junho). Os preços monitorados aceleraram de 18,26% para 18,49% e os livres, de 7,37% para 8,59%, reflexo de aumentos nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 6,78% para 8,35%, e dos não comercializáveis, de 7,94% para 8,82%.

7/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos destas regiões na composição do IPCA nacional.

Tabela 5.14 – IPCA – Sul

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2014	2015		
		IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	1,76	4,13	2,73	1,78
Livres	76,3	1,71	2,62	2,44	1,56
Comercializáveis	37,1	0,98	2,43	2,79	1,92
Não comercializáveis	39,2	2,40	2,80	2,12	1,22
Monitorados	23,7	1,93	9,39	3,69	2,49
Principais itens					
Alimentação	25,0	2,27	3,97	3,02	1,99
Habitação	16,1	2,29	10,74	3,16	4,11
Artigos de residência	4,6	0,27	1,15	2,94	2,43
Vestuário	6,7	1,84	-0,09	3,04	-0,06
Transportes	18,6	2,21	4,51	1,22	0,93
Saúde	11,2	0,96	1,68	4,57	1,29
Despesas pessoais	10,3	1,62	2,54	3,62	1,28
Educação	3,9	0,37	6,27	0,24	1,47
Comunicação	3,6	0,13	-1,32	0,85	0,37

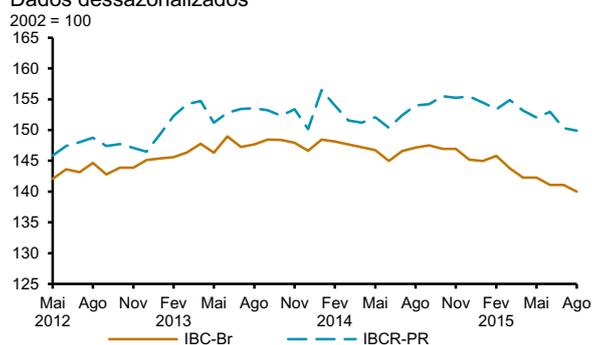
Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2015.

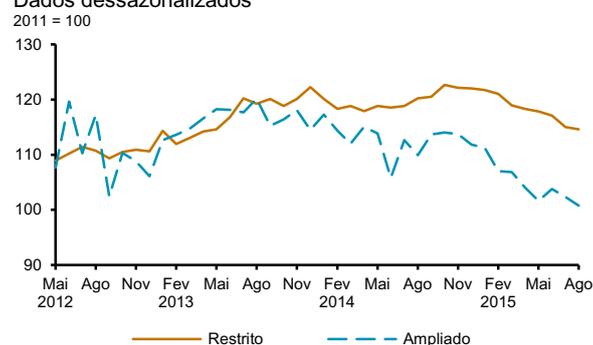
O nível de atividade do Sul seguiu repercutindo os efeitos da retração do emprego, da moderação do crédito e do excesso de estoques sobre as atividades industrial e comercial, em ambiente de deterioração da confiança dos empresários. Contudo, os bons resultados da produção agrícola e do setor externo, estimulado pela depreciação cambial, tendem a contribuir positivamente para a atividade econômica da região. Os resultados da implementação das medidas macroeconômicas propostas pelo governo central e o encaminhamento de solução para as dificuldades enfrentadas pelos governos regionais concorrem para a reversão das expectativas e gradual retomada da atividade no médio prazo.

Paraná

Gráfico 5.8 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná
Dados dessazonalizados



Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Tabela 5.15 – Índice de vendas no varejo – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2014	2015		
		Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}
Comércio varejista	2,3	-2,7	-2,3	0,0
Combustíveis e lubrificantes	5,2	-0,7	-1,7	1,7
Hiper e supermercados	3,2	-2,9	-1,5	1,4
Tecidos, vestuário e calçados	0,1	-3,5	-1,4	-6,1
Móveis e eletrodomésticos	-3,1	-7,6	-4,5	-7,0
Comércio ampliado	-3,0	-5,3	-1,8	-5,3
Automóveis e motocicletas	-10,5	-11,4	-0,6	-13,2
Material de construção	-3,3	0,3	-2,6	-6,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

As atividades varejista e industrial apresentaram retração no Paraná, no trimestre encerrado em agosto, com desdobramentos negativos sobre o mercado de trabalho. Esse impacto foi mitigado, em parte, pelo maior dinamismo da agricultura e da balança comercial. Nesse contexto, o IBCR-PR recuou 1,5% em relação ao trimestre finalizado em maio, quando havia decrescido 0,7%. Considerados períodos de doze meses, o indicador aumentou 0,7% em agosto (0,5% em maio).

As vendas do comércio ampliado recuaram 1,8% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao terminado em maio, quando diminuíram 5,3%, no mesmo tipo de comparação, dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve reduções nos dez segmentos pesquisados (equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, -14,3%; livros, jornais, revistas e papelaria, -11,0%). O comércio varejista, excluídas as variações nas vendas de veículos (-0,6%) e de material de construção (-2,6%), recuou 2,3% no período (-2,7% no trimestre até maio).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado contraíram 5,3% em agosto de 2015 (-5,8% em maio), mantendo-se na trajetória de desaceleração iniciada em setembro de 2014 (livros, jornais, revistas e papelaria, -14,7%; veículos, motos, partes e peças, -13,2%). Excluídas as reduções nas vendas de veículos (13,2%) e de material de construção (6,7%), o comércio varejista registrou estabilidade em agosto (0,6% em maio).

As vendas de automóveis e veículos comerciais decresceram 8,4% no trimestre encerrado em setembro de 2015, em relação ao finalizado em junho, de acordo com dados dessazonalizados da Fenabreve e do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná (Sincodiv PR).

O volume do setor de serviços do Paraná reduziu 4,1% no trimestre finalizado em agosto de 2015, em relação a igual período de 2014, de acordo com a PMS, do IBGE (outros serviços, -11,7%; transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, -5,8%). Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 3,3% em agosto de 2015 (-1,9% em maio), com destaque para a retração de 8,3% no segmento outros serviços.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil, realizadas no Paraná, totalizou R\$207,5 bilhões

Tabela 5.16 – Volume de serviços – Paraná

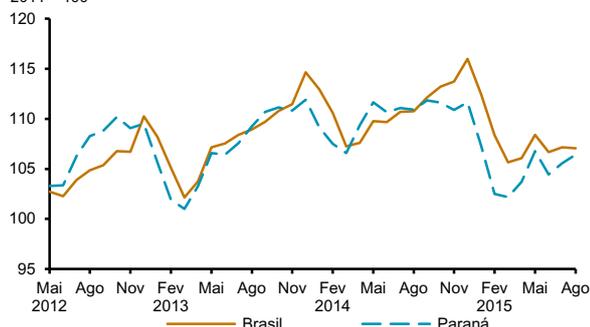
Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação % no período			
	2014	2015		
		Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}
Total	-0,2	-4,4	-4,1	-3,3
Serviços prestados às famílias	-7,2	-5,7	-4,4	-5,2
Serviços de informação e comunicação	2,9	-2,1	-2,3	-0,1
Serviços profissionais e administrativos	1,4	-1,5	-1,1	0,2
Transportes e correio	-1,7	-6,9	-5,8	-6,3
Outros serviços	-7,9	-5,0	-11,7	-8,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês em referência e o mesmo período do ano anterior.

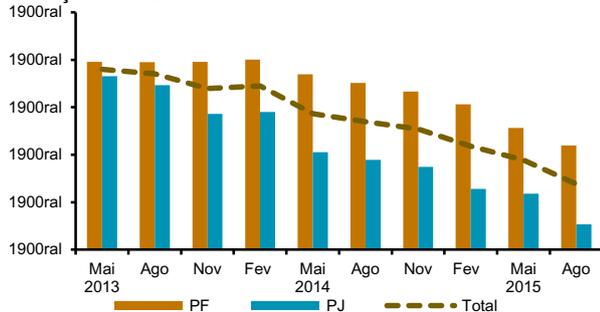
Gráfico 5.10 – Volume de serviços
Dados observados – Média móvel trimestral
2011 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 5.11 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.17 – Evolução do emprego formal – Paraná

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014		2015		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	5,1	16,0	-33,9	6,8	-29,4
Indústria de transformação	-4,6	-0,9	-12,6	-2,4	-17,2
Comércio	0,4	12,3	-9,3	2,6	-7,2
Serviços	7,7	7,1	-4,3	4,2	-2,2
Construção civil	-0,3	-2,3	-4,9	-0,7	-4,1
Agropecuária	1,5	-0,3	-2,9	2,8	1,6
Serviços ind. de utilidade pública	0,0	0,0	0,0	-0,1	-0,2
Outros ^{2/}	0,3	0,1	0,2	0,3	-0,2

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral e administração pública.

em agosto, elevando-se 0,6% no trimestre e 6,9% em doze meses. Os empréstimos com recursos direcionados somaram R\$113,6 bilhões, elevando-se, na ordem, 1,3% e 10,3%, e os realizados com recursos livres, R\$93,9 bilhões, variando -0,3% no mês e 3,1% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas totalizou R\$110,7 bilhões, aumentando 1,6% no trimestre e 11,0% em doze meses, com destaque para as modalidades financiamentos imobiliários e crédito pessoal consignado. A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$96,8 bilhões, variando -0,6% e 2,7%, nas mesmas bases de comparação, com ênfase para as contratações nas modalidades financiamentos rurais e financiamentos à exportação.

A taxa de inadimplência dessas operações situou-se em 2,79% em agosto, aumentando 0,24 p.p. no trimestre e 0,34 p.p. em doze meses. A trajetória trimestral refletiu elevações de 0,11 p.p. no segmento de pessoas físicas, para 2,91%, e de 0,15 p.p. no de pessoas jurídicas, para 2,67%.

A economia paranaense eliminou 29,4 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em agosto (criação de 5,1 mil em igual período de 2014), dos quais 17,2 mil na indústria de transformação, 7,2 mil no comércio e 4,1 mil na construção civil, de acordo com o Caged/MTE. Na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), houve redução de 16,3 mil empregos formais no trimestre, dos quais 6,3 mil na indústria de transformação, 4,3 mil no setor de serviços e 3,2 mil no comércio.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Paraná totalizou R\$1,8 bilhão no primeiro semestre de 2015. O aumento de 213,2% em relação ao mesmo período do ano anterior repercutiu, em especial, o aumento, de R\$114 milhões para R\$1,3 bilhão, no *superavit* do governo estadual. Houve recuo de 51,9% no resultado positivo dos demais municípios e reversão, de *deficit* de R\$84 milhões para *superavit* de R\$252 milhões, no resultado da capital.

A arrecadação de ICMS no Paraná totalizou, segundo a Cotepe, R\$15,9 bilhões nos oito primeiros meses de 2015, aumento real de 9,4% em relação a igual período de 2014, considerado o IGP-DI como deflator.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$926 milhões, no período (R\$750 milhões no primeiro semestre de 2014), e o resultado nominal foi

Tabela 5.18 – Necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014 Jan-jun	2015 Jan-jun	2014 Jan-jun	2015 Jan-jun
Estado do Paraná	-564	-1766	750	926
Governo estadual	-114	-1257	697	892
Capital	84	-252	8	15
Demais municípios	-534	-257	44	18

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 5.19 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2014	Nominal		Outros ^{3/}	
	Dez	Primário	Juros	Total ^{4/}		Jun
Estado do Paraná	17 074	-1766	926	-841	171	16 403
Governo estadual	17 767	-1257	892	-365	162	17 565
Capital	507	-252	15	-237	45	315
Demais municípios	-1 201	-257	18	-239	-37	-1 477

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

Tabela 5.20 – Produção agrícola – Paraná
Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas			Variação %
		Produção ^{2/}		2015/2014	
		2014	2015		
Grãos ^{3/}	74,8	35 610	37 992	6,7	
Soja	45,7	14 806	17 145	15,8	
Milho	18,2	15 726	15 974	1,6	
Feijão	5,3	830	729	-12,2	
Trigo	4,5	3 721	3 607	-3,1	
Outras lavouras					
Cana-de-açúcar	7,9	49 087	51 255	4,4	
Mandioca	4,6	3 815	4 227	10,8	
Fumo	3,0	172	185	7,6	

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2015.

3/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

superavitário em R\$841 milhões (*deficit* de R\$186 milhões em igual período de 2014).

A dívida líquida atingiu R\$16,4 bilhões em junho de 2015, recuo de 3,9% em relação a dezembro de 2014.

A safra de grãos do Paraná deverá totalizar 38,0 milhões de toneladas em 2015 (18,1% da produção do país) de acordo com o LSPA de setembro do IBGE. O aumento anual de 6,7% reflete elevações nas produções de soja (15,8%) e de milho (1,6%), impulsionadas por elevações respectivas de 11,6% e 5,7% na produtividade; e retrações nas colheitas de feijão (12,2%), impactada por recuos respectivos de 19,4% e 23,7% nas áreas cultivadas na primeira e na segunda safras, e de trigo (3,1%), afetada por recuos de 1,8% na área cultivada e de 1,2% na produtividade.

O primeiro levantamento da intenção de plantio, divulgado pela Conab em outubro, estima expansão entre 0,2% a 1,5% para a produção de grãos do Paraná em 2016, decorrente de variações entre 4,8% a 6,9% para a colheita de soja; de -4,8% a -3,9% para a de milho; e de 0,0% a 2,0% para a de feijão.

Projeção da Seab/PR e do Departamento de Economia Rural do Estado do Paraná (Deral), divulgada em setembro, indica estabilidade na área cultivada e aumento de 1,0% na produção da safra de verão 2015/2016. Destacam-se as projeções de variações para as safras de soja (6,0%), feijão primeira safra (4,0%) e milho primeira safra (-18,0%).

Os abates de aves, suínos e bovinos, em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram 0,8%, 13,2% e -14,8%, respectivamente, nos oito primeiros meses de 2015, em relação a igual intervalo de 2014, representando, na ordem, 31,4%, 24,4% e 3,6% dos abates realizados no país. De acordo com a Seab/PR, os preços médios recebidos pelos produtores no estado variaram, respectivamente, 1,4%, -2,0% e 21,5% nos nove primeiros meses de 2015, em relação ao mesmo período em 2014.

O Índice de Confiança da Indústria de Transformação⁸ (ICIT-PR) atingiu 30,7 pontos em agosto (35,1 pontos em maio), permanecendo na área de pessimismo pelo vigésimo mês consecutivo. O Índice de Condições Atuais (ICA) e o Índice de Expectativas (IE) recuaram 5,3 pontos e 4,0 pontos, respectivamente, para 24,1 pontos e 34,0 pontos.

8/ O Índice de Confiança da Indústria de Transformação – Paraná (ICIT-PR), e o Índice de Confiança do Empresário da Construção – Paraná (Icec-PR), elaborados pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), são compostos pelo Índice de Condições Atuais (peso 1) e pelo Índice de Expectativas (peso 2). Os dois indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 pontos indicam empresários confiantes, melhores condições ou expectativas positivas. A metodologia pondera as respostas pelo tamanho da empresa, dado pelo número de empregados.

Gráfico 5.12 – Abates de animais – Paraná

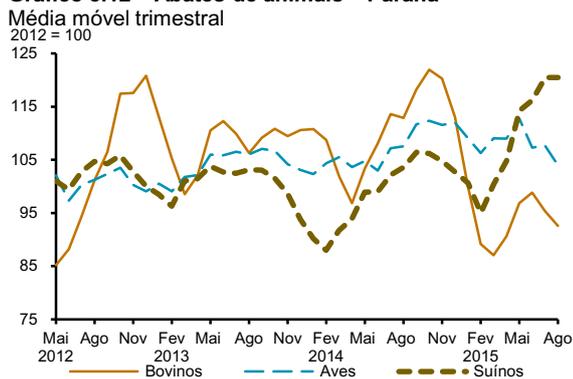


Gráfico 5.13 – Confiança do empresariado – Paraná

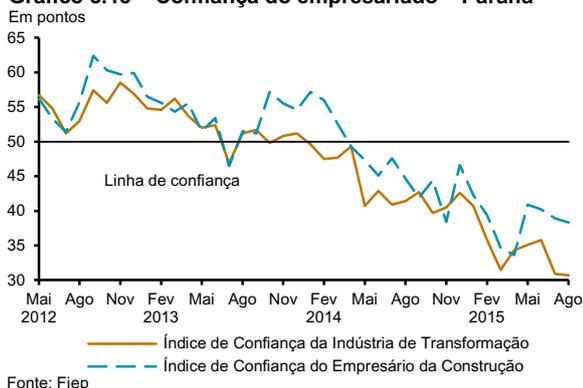


Gráfico 5.14 – Produção industrial – Paraná

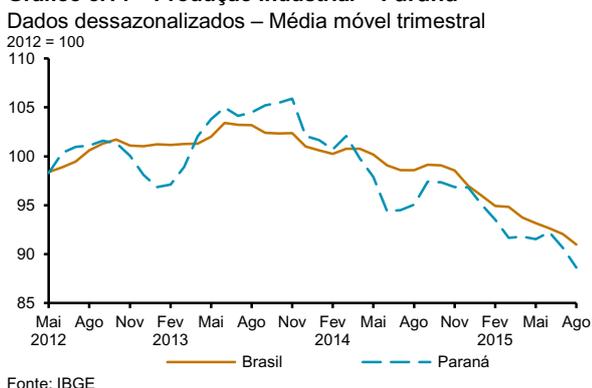


Tabela 5.21 – Produção industrial – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2015		12 meses
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	
Indústria geral	100,0	-2,1	-3,2	-6,7
Produtos alimentícios	22,7	1,6	0,4	-2,3
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	6,0	-4,8	-2,6
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	-20,8	-1,2	-26,8
Máquinas e equipamentos	6,7	9,9	-10,6	-9,8
Celulose e prod. papel	5,5	-1,9	5,5	9,5
Outros produtos químicos	4,7	-0,3	-4,8	-0,2

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres, encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O Índice de Confiança do Empresário da Construção (Icec-PR) situou-se em 38,3 pontos em agosto (40,9 pontos em maio), permanecendo na área de pessimismo pelo décimo sétimo mês consecutivo. O ICA e o IE diminuíram 5,4 pontos e 1,2 ponto, respectivamente, para 29,9 pontos e 42,5 pontos.

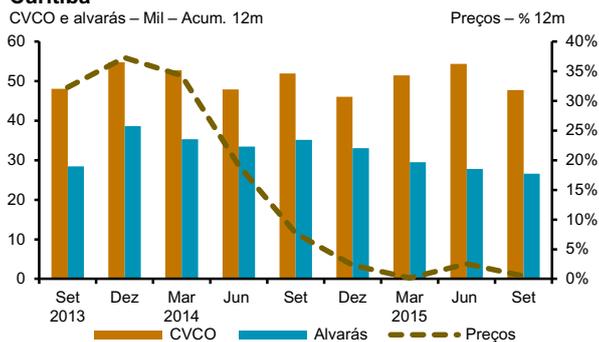
A produção da indústria paranaense recuou 3,2% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao terminado em maio, quando diminuiu 2,1%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados PIM-PF Regional do IBGE. Houve redução em dez das treze atividades pesquisadas (móveis, 15,6%; máquinas e equipamentos, 10,6%; máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 10,3%). Em sentido oposto, assinalam-se as expansões em celulose, papel e produtos de papel, 5,5%; bebidas, 0,5%.

Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial do estado recuou 6,7% em agosto (-7,8% em maio), ressaltando-se os decréscimos nas atividades veículos automotores, reboques e carrocerias (26,8%), produtos de minerais não metálicos (15,6%) e máquinas e equipamentos (9,8%).

As vendas reais da indústria paranaense apresentaram estabilidade no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando diminuíram 3,4%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). Dentre os segmentos com maior representatividade na composição do indicador, destacaram-se o aumento de 7,3% nas vendas do setor de fabricação e montagem de veículos automotores e os decréscimos nas de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (6,0%) e celulose, papel e produtos de papel (4,7%). O número de horas trabalhadas e o de pessoas empregadas na indústria recuaram 1,0% e 2,0%, respectivamente, no trimestre. O Nuci atingiu média de 70,6% (72,3% no trimestre finalizado em maio).

A análise em doze meses indica que as vendas reais diminuíram 5,6% em agosto, em relação a igual período de 2014, ante retração de 7,6% em maio (veículos automotores, -15,7%; máquinas e equipamentos, -10,2%; artigos de borracha e plásticos, -6,8%). O nível de estoques de insumos da indústria paranaense – diferença entre a variação acumulada nos últimos doze meses nas vendas totais da indústria e nas compras de insumos industriais – aumentou 5,7 p.p. no período (3,2 p.p. no intervalo de doze meses até maio).

Gráfico 5.15 – Evolução do mercado imobiliário em Curitiba



Fonte: PMC e Fipe.

As vendas de caminhões e ônibus no Paraná diminuíram 3,7% no trimestre encerrado em setembro de 2015, em relação ao finalizado em junho, e 50,6% em relação a igual período de 2014, de acordo com a Fenabrave-PR e o Sincodiv-PR.

No âmbito da indústria da construção civil, a Prefeitura Municipal de Curitiba emitiu 9,1 mil certificados de conclusão de unidades imobiliárias, residenciais e não residenciais, no terceiro trimestre de 2015 (recuos respectivos de 30,3% e de 42,0% em relação ao trimestre anterior e a igual período de 2014); e concedeu 7,4 mil alvarás de construção imobiliária (variações respectivas de 6,5% e -14,3%, nas mesmas bases de comparação). Os preços dos imóveis em Curitiba aumentaram 0,5% em relação ao primeiro mês do ano passado, de acordo com o IFZ, refletindo o processo de acomodação do mercado imobiliário

A balança comercial do Paraná registrou *superavit* de US\$1.734 milhões nos nove primeiros meses de 2015 (*deficit* de US\$380 milhões em 2014), reflexo de reduções de 10,0% nas exportações e de 25,7% nas importações, que somaram US\$11,6 bilhões e US\$9,9 bilhões, respectivamente.

Tabela 5.22 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	12 884	11 591	-10,0	-16,8
Básicos	7 003	6 167	-11,9	-22,3
Industrializados	5 881	5 424	-7,8	-11,2
Semimanufaturados	1 429	1 235	-13,6	-8,4
Manufaturados ^{1/}	4 452	4 189	-5,9	-12,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

O desempenho das exportações, decorrente de variações de 6,6% no *quantum* e -15,6% nos preços, refletiu recuos nas vendas em todas as categorias de fator agregado: produtos básicos, 11,9% (soja mesmo triturada, -17,3%); manufaturados, 5,9% (papel e cartão, para escrita, impressão ou fins gráficos, -9,2%); semimanufaturados, 13,6% (açúcar em bruto, -15,0%). As exportações para China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 36,5% dos embarques do estado em 2015, destacando-se a redução de 8,8% nas vendas de soja para a China e a elevação de 7,6% nas de automóveis para a Argentina.

Tabela 5.23 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	13 264	9 857	-25,7	-23,0
Bens de capital	2 673	2 087	-21,9	-17,5
Matérias-primas	7 445	5 614	-24,6	-19,1
Bens de consumo	1 951	1 399	-28,3	-16,0
Duráveis	1 316	915	-30,4	-21,6
Não duráveis	635	484	-23,8	-9,7
Combustíveis e lubrificantes	1 195	757	-36,7	-46,2

Fonte: MDIC/Secex

A trajetória das importações repercutiu reduções de 11,1% nos preços e de 16,4% no *quantum*. Ocorreram recuos nas aquisições em todas as categorias de uso, com destaque para os de 21,9% nas de bens de capital (veículos de carga, -36,9%) e de 24,6% nas de matérias-primas (partes e peças para veículos, -31,8%). As importações provenientes da China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 37,2% das compras externas do estado no período, destacando-se as reduções nas aquisições de adubos ou fertilizantes da China (39,8%), de veículos de carga da Argentina (36,8%) e de automóveis de passageiros da Alemanha (88,7%).

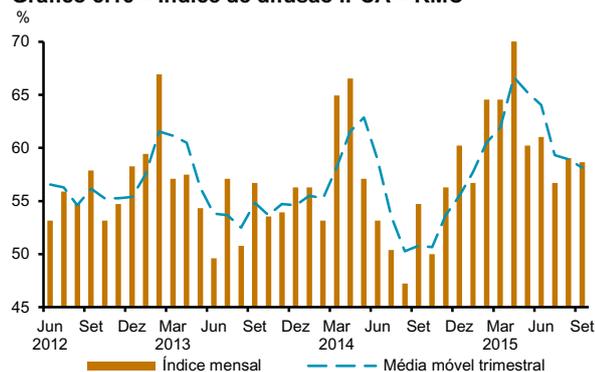
Tabela 5.24 – IPCA – RMC

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2014	2015		
		IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	1,56	4,07	3,16	1,91
Livres	76,7	1,69	2,36	2,77	1,42
Comercializáveis	36,8	0,67	2,54	2,74	2,12
Não comercializáveis	39,9	2,63	2,20	2,80	0,78
Monitorados	23,3	1,08	10,32	4,48	3,56
Principais itens					
Alimentação	23,9	2,15	4,07	3,58	1,51
Habitação	17,6	1,29	10,13	4,59	5,65
Artigos de residência	4,4	0,07	0,88	3,27	2,00
Vestuário	7,0	1,23	0,94	2,76	1,06
Transportes	19,1	2,26	4,15	0,42	0,86
Saúde	11,3	1,16	1,52	5,91	0,52
Despesas pessoais	9,9	1,63	1,72	4,14	1,23
Educação	3,3	0,33	6,85	0,40	1,32
Comunicação	3,5	-0,10	-0,57	1,12	0,56

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2015.

Gráfico 5.16 – Índice de difusão IPCA – RMC



Fonte: IBGE

O IPCA da RMC variou 1,91% no terceiro trimestre de 2015 (3,16% no segundo), refletindo desaceleração dos preços livres, de 2,77% para 1,42%, e dos monitorados, de 4,48% para 3,56%. Destaque para os impactos das variações de preços nos grupos habitação (0,99 p.p.), alimentação (0,36 p.p.) e transportes (0,16 p.p.).

A trajetória dos preços livres repercutiu desacelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 2,74% para 2,12% (alcatra, 9,15%; refrigerante e água mineral, 4,73%; automóvel novo, 1,08%), e dos não comercializáveis, de 2,80% para 0,78% (tomate, -31,81%; cebola, -29,12%; alface, -8,98%). A variação dos preços monitorados refletiu, em especial, as elevações nos itens gás de botijão (12,82%), energia elétrica residencial (11,21%), taxa de água e esgoto (7,70%), plano de saúde (3,80%) e gasolina (1,95%), com impacto conjunto de 0,93 p.p. para o IPCA trimestral. O índice de difusão atingiu média de 58,1% no trimestre encerrado em setembro (64,0% no finalizado em junho).

O IPCA da RMC variou 9,42% nos nove primeiros meses do ano, resultado de expansões de 6,69% nos preços livres e de 19,37% nos monitorados. Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMC aumentou 11,12% em setembro (10,20% em junho), reflexo de variações de 8,49% nos preços livres e de 20,66% nos monitorados.

As perspectivas para a atividade econômica paranaense nos próximos trimestres seguem dependentes do desempenho da agricultura e de seus desdobramentos sobre segmentos importantes da cadeia produtiva e sobre as exportações, essas influenciadas, adicionalmente, pela trajetória da taxa de câmbio. Em sentido oposto, as restrições ao maior dinamismo da demanda interna – em especial condições mais restritivas no mercado de crédito, decréscimo na renda real das famílias, e reduzido patamar das expectativas dos agentes econômicos – tendem a prevalecer nos próximos trimestres.

Tabela 5.25 – PIB e VAB – Rio Grande do Sul
Junho de 2015

Discriminação	II trim. 2015 / I trim. 2015 ^{1/}		Var. % Acum. 4 trim.
PIB		0,2	-0,9
Impostos		-2,1	-3,1
VAB		0,2	-0,6
Agropecuária		5,8	8,3
Indústria		-3,1	-5,9
Serviços		-1,0	0,0

Fonte: FEE

1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.17 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados

2002 = 100

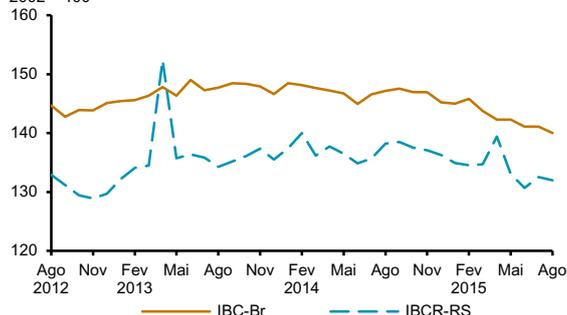
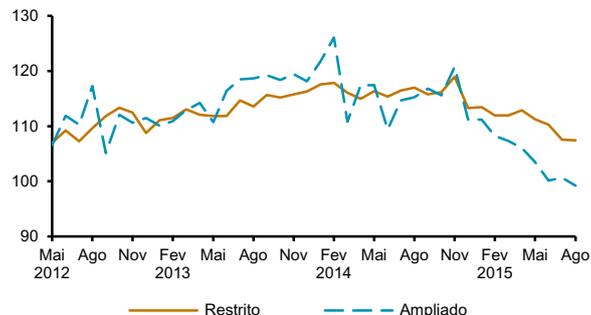


Gráfico 5.18 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.26 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul
Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2014 Ano	2015		
		Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	2,3	-0,8	-3,2	-3,0
Combustíveis e lubrificantes	5,5	3,3	-7,0	-2,7
Hiper e supermercados	1,5	-1,3	-2,0	-2,6
Tecidos, vestuário e calçados	-3,0	-1,1	-9,4	-8,7
Móveis e eletrodomésticos	1,1	-3,3	-6,2	-8,5
Comércio varejista ampliado	0,3	-4,2	-5,3	-7,2
Automóveis e motocicletas	-4,6	-12,8	-11,3	-16,1
Material de construção	4,2	-3,4	-3,8	-2,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Rio Grande do Sul

O PIB do Rio Grande do Sul cresceu 0,2% no segundo trimestre de 2015, em relação ao primeiro, de acordo com dados dessazonalizados da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), destacando-se o desempenho favorável da agropecuária, que repercutiu a concentração da colheita da soja, no período. O Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor aumentou 5,8% no trimestre, contrastando com os recuos nos do setor de serviços (1,0%) e da indústria (3,1%). Estatísticas recentes registram recuos relevantes nas vendas do comércio e na atividade industrial do estado, e restrições para investimento por parte do governo. Nesse contexto, o IBCR-RS retraiu 2,9% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao encerrado em maio, quando recuara 1,9%, nesse tipo de análise, segundo dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 1,0% em agosto (-0,3% em maio).

As vendas do comércio ampliado recuaram 5,3% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao findo em maio, quando decresceram 4,2%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve reduções nas vendas em nove das dez atividades pesquisadas (veículos, motos, partes e peças, -11,3%; tecidos, vestuário e calçados, -9,4%). O comércio varejista, excluídas as variações nas vendas de veículos e de material de construção (-3,8%), decresceu 3,2% no período (-0,8% no trimestre encerrado em maio).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado recuaram 7,2% em agosto (-5,8% em maio), oitavo resultado negativo em sequência nessa base de comparação (veículos, -16,1%; móveis e eletrodomésticos, -8,5%). As vendas do comércio varejista diminuíram 3,0% e 1,0%, respectivamente, nos períodos mencionados.

A comercialização de automóveis e veículos comerciais leves no estado totalizou 112,7 mil unidades nos nove primeiros meses de 2015, segundo a Fenabrave, recuando 28,8% em relação a igual período de 2014 (-19,2% no país).

O volume do setor de serviços diminuiu 3,0% no trimestre finalizado em agosto, em relação a igual período de 2014 (transportes e correios, -7,6%; outros serviços, -9,3%), segundo a PMS do IBGE. Considerados intervalos de doze meses, o indicador decresceu 1,7% em agosto e 1,0% em maio (transportes e correios; -8,1%; serviços prestados às famílias, -4,6%).

Tabela 5.27 – Volume de serviços – Rio Grande do Sul

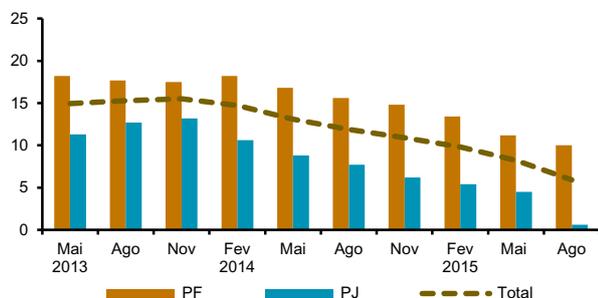
Segmentos	Var. %			
	2014	2015		
	Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Total	1,7	-3,8	-3,0	-1,7
Serviços prestados às famílias	0,6	-11,0	-7,2	-4,6
Serviços de informação e comunicação	10,2	4,4	1,9	5,2
Serviços profissionais e administrativos	-7,0	-4,6	-2,6	-3,1
Transportes e correios	-2,2	-11,0	-7,6	-8,1
Outros serviços	4,4	-3,7	-9,3	-0,1

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.19 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1mil contratadas no estado totalizaram R\$196 bilhões em agosto, variando -0,5% no trimestre e 5,9% em doze meses. As operações com recursos direcionados somaram R\$104,7 bilhões, variando -0,5% e 9,7%, respectivamente, e as realizadas com recursos livres atingiram R\$91,3 bilhões, com recuo de 0,5% no trimestre e aumento de 1,7% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas somou R\$113,4 bilhões, aumentando 0,9% no trimestre e 10,0% em doze meses, com destaque para as modalidades financiamentos imobiliários e crédito pessoal consignado. A carteira de pessoas jurídicas somou R\$82,6 bilhões, com variações respectivas de -2,4% e 0,6%, nas mesmas bases de comparação, sobressaindo a redução nas operações com o setor de geração, transmissão e distribuição de eletricidade e gás e com a indústria de transformação (máquinas e equipamentos).

A taxa de inadimplência dessas operações de crédito atingiu 3,0% em agosto, aumentando 0,1 p.p. no trimestre e 0,5 p.p. em doze meses. A variação trimestral refletiu estabilidade na taxa do segmento de pessoas físicas (2,7%) e elevação de 0,1 p.p., para 3,5%, na do segmento de pessoas jurídicas.

O Icec, divulgado pela Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), situou-se em 81,4 pontos no terceiro trimestre de 2015 (81,8 pontos no segundo e 110 pontos em igual período de 2014). Dentre os nove componentes do indicador, os relativos às expectativas para a empresa e para o setor nos próximos seis meses permaneceram na zona que indica confiança (acima de 100 pontos).

O índice ICF, elaborado pela CNC e divulgado pela Fecomercio-RS, atingiu 75,9 pontos no trimestre encerrado em setembro (92,6 pontos no segundo trimestre de 2015 e 118,1 pontos no terceiro trimestre de 2014). O indicador mostra perspectiva pessimista para o consumo, sobretudo quanto à compra de bens duráveis.

O percentual de famílias endividadas^{9/} atingiu, em média, 62,3% no trimestre encerrado em agosto (57,9% em igual período de 2014), segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada pela Fecomércio-RS para Porto Alegre, com base em dados da CNC. O percentual de famílias com faturas em

9/ São consideradas na pesquisa as dívidas contraídas por meio de cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de loja, empréstimo pessoal, compra de imóvel, prestações de carro e de seguros.

Tabela 5.28 – Evolução do emprego formal – Rio Grande do Sul

Novos postos de trabalho

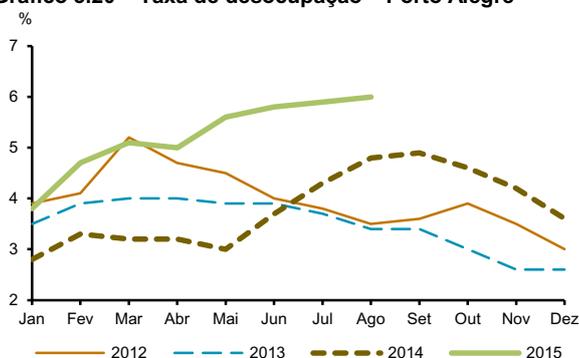
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014		2015		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	-12,6	15,2	-25,0	-10,9	-44,6
Indústria de transformação	-12,4	-11,2	-9,3	-2,6	-24,1
Comércio	-2,6	14,5	-7,9	-0,8	-9,1
Serviços	6,0	7,5	-3,7	1,9	-6,9
Construção civil	-3,4	-0,4	-5,9	-2,5	-4,6
Agropecuária	0,0	5,0	2,2	-7,1	0,4
Serviços ind. de utilidade pública	-0,1	0,0	0,2	-0,2	-0,1
Outros ^{2/}	-0,1	-0,1	-0,7	0,5	-0,1

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

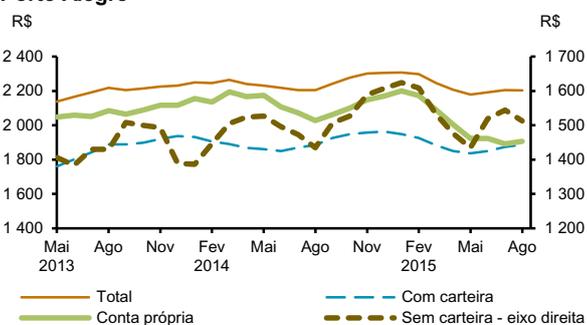
2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 5.20 – Taxa de desocupação – Porto Alegre



Fonte: IBGE

Gráfico 5.21 – Rendimento médio real habitual^{1/} – Porto Alegre



Fonte: IBGE

1/ Média móvel trimestral, a preços de agosto de 2015, corrigidos pelo INPC.

Tabela 5.29 – Necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun
RS	-1 390	-2 431	3 124	3 666
Governo estadual	-1 265	-1 714	3 107	3 663
Capital	60	46	18	23
Demais municípios	-184	-764	-1	-20

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

atraso que não deverão ser pagas nos próximos trinta dias aumentou de 5,6% para 11,8%, no período.

O mercado de trabalho do Rio Grande do Sul contabilizou, de acordo com o Caged/MTE, corte de 44,6 mil empregos formais no trimestre encerrado em agosto (-12,6 mil em igual período de 2014), dos quais 24,1 mil na indústria de transformação, 9,1 mil no comércio e 6,9 mil no setor de serviços. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal recuou 1,0% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando diminuía 0,8%, na mesma base de comparação, com retrações em sete dos oito setores pesquisados, excetuando-se na agropecuária.

A taxa de desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) atingiu 5,9% no trimestre encerrado em agosto (4,3% em igual período de 2014), de acordo com a PME do IBGE, repercutindo recuo de 1,1% na população ocupada e elevação de 0,6% na PEA. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 5,5%, o rendimento médio real habitual cresceu 1,1% e a massa salarial real recuou 1,4%, no período.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio Grande do Sul atingiu R\$2,4 bilhões no primeiro semestre de 2015 (R\$1,4 bilhão em igual período de 2014), com destaque para o aumento de R\$580 milhões no *superavit* dos demais municípios. Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$3,7 bilhões e o resultado nominal foi deficitário em R\$1,2 bilhão (R\$3,1 bilhões e *deficit* de R\$1,7 bilhão, respectivamente, no primeiro semestre de 2014).

A arrecadação de ICMS totalizou R\$17,5 bilhões nos oito primeiros meses de 2015, segundo a Cotepe, com crescimento de 1,3% comparativamente ao mesmo período de 2014. A arrecadação real, considerado o IGP-DI como deflator, aumentou 2,8% no período de doze meses encerrado em agosto.

As transferências da União para o estado somaram R\$5,5 bilhões nos oito primeiros meses de 2015 e R\$8,3 bilhões no intervalo de doze meses até agosto, de acordo com a STN. Os recuos reais de 1,5% e 1,2% registrado nessas bases de comparação, considerado o IGP-DI como deflator, refletiu, em parte, a interrupção das transferências decorrente do atraso no pagamento da parcela da dívida do estado com a União em julho e agosto.

Tabela 5.30 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					Dívida ^{2/} 2015 Jun
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Outros ^{4/}	
	2014	Nominal	Juros	Total ^{3/}		
	Dez	Primário				
RS	58 075	-2 431	3 666	1 236	1 458	60 769
Governo estadual	57 994	-1 714	3 663	1 950	1 396	61 340
Capital	398	46	23	69	27	494
Demais municípios	-317	-764	-20	-783	35	-1 065

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 5.31 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul
Itens selecionados

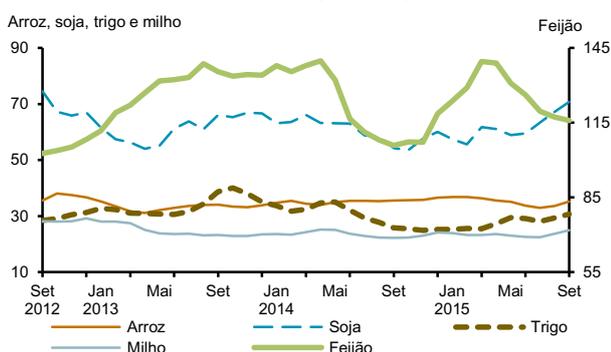
Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2015/2014
		Produção ^{2/}		
		2014	2015	
Grãos	74,8	28 799	33 061	14,8
Soja	40,2	13 041	15 700	20,4
Arroz	17,7	8 241	8 679	5,3
Milho	8,2	5 390	5 634	4,5
Trigo	7,0	1 671	2 395	43,4
Feijão	0,7	111	96	-13,8
Outras lavouras				
Fumo	10,0	413	415	0,5
Mandioca	3,5	1 181	1 152	-2,5
Uva	2,1	813	876	7,8
Maçã	1,6	690	599	-13,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2015.

Gráfico 5.22 – Preços médios mensais pagos ao produtor – Rio Grande do Sul (R\$/saca)



Fonte: Emater

A dívida líquida do estado atingiu R\$60,8 bilhões em junho, aumentando 4,6% em relação a dezembro de 2014, destacando-se o impacto do ajuste decorrente da variação cambial.

A safra gaúcha de grãos do estado deverá atingir o recorde de 33,1 milhões de toneladas em 2015 (15,7% da produção nacional), de acordo com o LSPA de setembro do IBGE. A previsão de aumento anual de 14,8% reflete, em especial, estimativas de aumentos para as colheitas de trigo (43,4%), reflexo, em parte, da base de comparação deprimida face a ocorrência de condições meteorológicas adversas em 2014; soja (20,4%); milho (4,5%), com destaque para o aumento de 11,9% na produtividade; e arroz (5,3%). Em oposição, ressalte-se a estimativa de retração de 13,8% para a safra de feijão, como consequência da volatilidade dos preços do produto e do preço mais atrativo da soja. Dentre as demais culturas, destaque para as variações projetadas para as colheitas de maçã (-13,3%) e uva (7,8%).

As cotações médias de soja, milho, trigo, arroz e feijão variaram, na ordem, 12,1%, 2,8%, 2,7%, -2,5% e -10,9% no trimestre encerrado em setembro, em relação ao finalizado em junho, segundo a Emater/RS. Essas cotações variaram 0,4%, -0,9%, -11,4%, 0,2% e 1,4%, respectivamente, nos nove primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2014.

O VBP real dos principais produtos agrícolas do estado, considerado o IGP-DI como deflator, deverá aumentar 5,4% em 2015, de acordo com estimativa realizada pelo Mapa em setembro. Estão previstas elevações nos VBP real do trigo (22,5%), soja (12,9%) e milho (1,5%), e recuos nos do arroz (1,2%) e feijão (11,4%).

Os abates de bovinos, suínos e aves, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram -14,0%, -4,9% e 0,1%, respectivamente, nos oito primeiros meses de 2015, em relação a igual período de 2014, representando, na ordem, 2,4%, 20,6% e 13,9% dos abates no país, de acordo com o Mapa.

Na mesma base de comparação, os respectivos preços médios aumentaram, na ordem, 20,9%, 7,4% e 4,3%, conforme a Emater/RS e o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Universidade de São Paulo (USP). As quantidades exportadas de carnes bovina, suína e de aves variaram -6,1%, 40,3% (resultado impactado pelo aumento de 770% na quantidade vendida

Tabela 5.32 – Indicadores da pecuária – Rio Grande do Sul
Agosto de 2015

Discriminação	Variação % no ano		
	Produção	Exportações (kg)	Preços (R\$)
Abates ^{1/}			
Bovinos	-14,0	-6,1	20,9
Suínos	-4,9	40,3	7,4
Aves ^{2/}	0,1	-2,6	4,3
Leite ^{3/}	1,9	-	-6,7

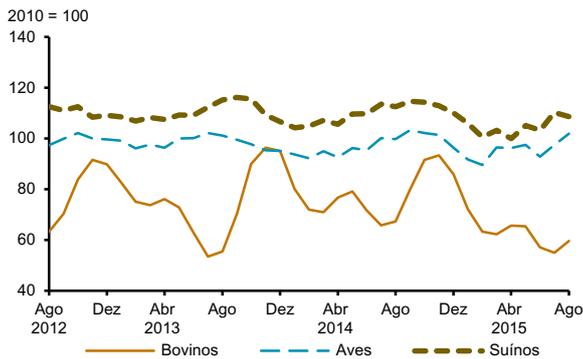
Fonte: Emater/RS, IBGE, Iepe, Mapa e MDIC

1/ Número de animais.

2/ Os preços correspondem aos praticados no varejo.

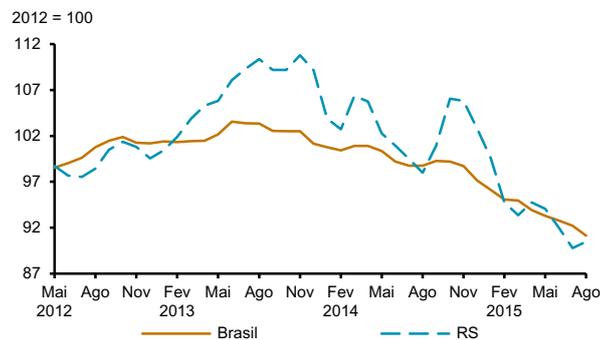
3/ Litros. Produção até junho/2015. Preços até setembro/2015.

Gráfico 5.23 – Abates de animais – Rio Grande do Sul
Média móvel trimestral



Fonte: Mapa

Gráfico 5.24 – Produção industrial – Rio Grande do Sul
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

Tabela 5.33 – Produção industrial – Rio Grande do Sul
Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2015		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-1,6	-3,0	-7,4
Produtos alimentícios	16,4	0,7	1,7	-0,3
Veículos automotores	13,8	7,5	-16,1	-16,0
Máquinas e equipamentos	12,0	-3,7	-8,8	-20,2
Outros produtos químicos	10,3	0,9	-2,0	2,3
Artef. couro e calçados	8,9	-2,1	-1,1	-1,5
Produtos de metal	8,5	-3,3	-3,3	-10,7
Prod. borracha e plástico	5,0	-1,4	-1,9	-7,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

10/ Em maio, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) concedeu o certificado de zona livre da peste suína clássica para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

para a Rússia¹⁰) e -2,6%, respectivamente, de acordo com o MDIC, no período.

A produção gaúcha de leite (14,0%, em média, do total nacional), aumentou 1,9% no primeiro semestre de 2015, em relação a igual período de 2014, de acordo com o IBGE. O preço do produto recuou 6,7% nos nove primeiros meses do ano, segundo a Emater/RS.

O VBP real da pecuária, considerado o IGP-DI como deflator, deverá recuar 0,7% em 2015, de acordo com estimativa realizada pelo Mapa em setembro. Estão projetados aumentos nos VBPs de bovinos (8,5%) e ovos (2,7%), e reduções respectivas de 5,6%, 3,3% e 0,5% nos do leite, frango e suínos.

A produção da indústria gaúcha recuou 3,0% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando contraíra 1,6%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE (veículos automotores, -16,1%; máquinas e equipamentos, -8,8%). Ressalte-se o aumento de 78,6% na produção de celulose, papel e produtos de papel, favorecido pela ampliação da fábrica Celulose Riograndense.

Considerados períodos de doze meses, a produção da indústria recuou 7,4% em agosto, ante 7,9% em maio. Houve retrações em dez das quatorze atividades pesquisadas, mais intensas no setor metal-mecânico (máquinas e equipamentos, -20,2%; metalurgia, -17%; e veículos automotores, -16%). A produção de celulose, papel e produtos de papel cresceu 12,3%, no período.

O Índice de Desempenho Industrial (IDI) recuou 3,1% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando decrescera 1,3%, no mesmo tipo de comparação, conforme dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs). A retração do IDI refletiu decréscimos em todos os componentes, em especial no faturamento real (5,6%). O índice recuou 7,0% no intervalo de doze meses até agosto.

O Ipei atingiu média de 37,1 pontos no terceiro trimestre de 2015, segundo a Fiergs (39 pontos no segundo e 43 pontos em igual trimestre de 2014), indicando pessimismo dos empresários gaúchos pelo sexto trimestre em sequência. O Ipei da indústria da construção atingiu 35,4 pontos no período, recuando 2,3 pontos no trimestre e 7,6 pontos em

Tabela 5.34 – Indicadores da produção industrial – Rio Grande do Sul

Discriminação	Variação %		
	2015		
	Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses
IDI	-1,3	-3,1	-7,0
Compras industriais	1,0	-2,5	-14,5
Faturamento	-2,2	-5,6	-7,3
Emprego industrial	-1,6	-2,7	-5,2
Horas trabalhadas	-2,6	-1,5	-6,6
Massa salarial	-3,1	-3,1	-4,5
Nuci ^{1/}	79,5	78,9	79,5

Fonte: Fiergs

1/ Percentual médio de utilização.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados pelo BCB.

Gráfico 5.25 – Confiança do empresariado – Rio Grande do Sul

Em pontos



Fontes: Fiergs e Fecomércio

Tabela 5.35 – Exportação por fator agregado – FOB Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	14 770	13 567	-8,1	-16,8
Básicos	8 164	7 425	-9,1	-22,3
Industrializados	6 605	6 143	-7,0	-11,2
Semimanufaturados	954	920	-3,6	-8,4
Manufaturados ^{1/}	5 651	5 223	-7,6	-12,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

doze meses. A retração na margem repercutiu decréscimos respectivos de 2,7 pontos e de 1,6 ponto nos componentes que avaliam as expectativas e as condições atuais.

A taxa de velocidade das vendas de imóveis novos em Porto Alegre, razão entre as vendas e a oferta, atingiu 11,0% no trimestre encerrado em julho, ante 6,1% em igual período de 2014, segundo a Pesquisa do Mercado Imobiliário de Porto Alegre (Sinduscon-RS). O aumento decorreu de variações de 34,1% na comercialização de imóveis novos e de -29,6% na oferta.

As vendas de ônibus e caminhões totalizaram cinco mil unidades nos nove primeiros meses de 2015, segundo a Fenabrave. A redução de 38,4% em relação a igual período de 2014 repercutiu, em especial, a retração de 41,5% nas vendas de caminhões.

A balança comercial do Rio Grande do Sul foi superavitária em US\$5,8 bilhões nos nove primeiros meses de 2015 (US\$3,4 bilhões em igual período de 2014), de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$13,6 bilhões e as importações, US\$7,7 bilhões, contraindo 8,1% e 31,9%, na ordem, no período.

A evolução das exportações refletiu variações de -17,5% nos preços e de 11,4% no *quantum*. Os embarques de produtos básicos, que representaram 54,7% do total, recuaram 9,1% (milho, -76,4%; fumo, -15,4%; soja, -9,8%); os de produtos manufaturados, 7,6% (óleos combustíveis, -96,9%; máquinas agrícolas, -30,2%); e os de semimanufaturados, 3,6% (couros e peles, -17,1%).

As exportações direcionadas à China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 44,3% das vendas externas do estado no período, com variações respectivas de 1,0%, -8,6% e -14,4%, em relação a igual intervalo de 2014.

A trajetória das importações refletiu recuos de 16,0% no *quantum* e de 18,9% nos preços. As aquisições de matérias-primas e produtos intermediários (47,3% do total) decresceram 26,9% (naftas, -39,7%; partes e peças para veículos; -21,2%; adubos e fertilizantes, -16,8%); as de bens de capital, 21,2% (veículos de carga, -24,6%); as de combustíveis, 51,0%; e as de bens de consumo, 29,7% (automóveis, -50,3%).

As importações provenientes da Argentina, China e EUA representaram, em conjunto, 40,2% das compras do estado nos nove primeiros meses do ano, com variações

Tabela 5.36 – Exportações por principais setores do Rio Grande do Sul: Janeiro-setembro

Discriminação	Valor (US\$milhões)		
	2014	2015	Var. %
Agricultura e pecuária	4 275	3 938	-7,9
Indústria de transformação ^{1/}	10 475	9 613	-8,2
Alimentos e bebidas	3 135	2 908	-7,2
Produtos químicos	1 508	1 406	-6,8
Fumo	1 387	1 171	-15,6
Calçados e couros	839	722	-13,9
Veículos	689	673	-2,3
Máquinas e equipamentos	787	637	-19,1
Outros equipamentos de transporte	21	409	1847,6
Produtos de metal	289	292	1,0
Borracha e plástico	270	240	-11,1
Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool	597	231	-61,3

Fonte: MDIC/Secex
1/ Itens selecionados.

Tabela 5.37 – Importação por categoria de uso – FOB Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul			Brasil
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	11 329	7 719	-31,9	-23,0
Bens de capital	2 304	1 816	-21,2	-17,5
Matérias-primas	4 992	3 647	-26,9	-19,1
Bens de consumo	1 311	922	-29,7	-16,0
Duráveis	964	599	-37,9	-21,6
Não duráveis	347	323	-6,9	-9,7
Combustíveis e lubrificantes	2 722	1 334	-51,0	-46,2

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.38 – IPCA – RMPA

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2014		2015	
		IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	1,94	4,19	2,34	1,66
Livres	75,9	1,73	2,87	2,13	1,70
Comercializáveis	37,4	1,25	2,32	2,83	1,74
Não comercializáveis	38,5	2,19	3,40	1,46	1,65
Monitorados	24,1	2,67	8,58	2,99	1,54
Principais itens					
Alimentação	26,1	2,38	3,88	2,54	2,40
Habitação	14,6	3,39	11,40	1,64	2,44
Artigos de residência	4,8	0,46	1,39	2,65	2,80
Vestuário	6,3	2,45	-1,13	3,33	-1,19
Transportes	18,2	2,16	4,87	2,01	1,01
Saúde	11,1	0,77	1,83	3,31	2,02
Despesas pessoais	10,7	1,61	3,25	3,17	1,31
Educação	4,4	0,40	5,87	0,12	1,58
Comunicação	3,7	0,33	-1,97	0,62	0,21

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2015.

respectivas de -32,0%, -3,1% e -16,6%, em relação ao mesmo período de 2014.

A variação do IPCA da RMPA atingiu 1,66% no terceiro trimestre de 2015 (2,34% no segundo). Houve desaceleração dos preços livres, de 2,13% para 1,70%, e dos monitorados, de 2,99% para 1,54% (energia elétrica residencial, -0,40%; gasolina, -0,38%).

A variação dos preços livres repercutiu desaceleração dos preços dos bens comercializáveis, de 2,83% para 1,74% (vestuário, -1,19%; leites e derivados, -0,36%; carnes, 4,37%), e aceleração dos preços dos bens não comercializáveis, de 1,46% para 1,65% (frutas, 16,12%; alimentação fora do domicílio, 1,53%; tubérculos, 11,79%).

O índice de difusão registrou média de 61% no terceiro trimestre de 2015 (61,8% no segundo e 53,6% em igual período de 2014).

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da RMPA variou 10,49% em setembro, reflexo de aumentos de 16,58% nos preços monitorados e de 8,69% nos livres (9,36%, 15,91% e 7,42%, respectivamente, em junho).

As perspectivas para a economia do estado, no curto prazo, incorporam o cenário de menor dinamismo do mercado de crédito, distensão no mercado de trabalho e reduzido patamar de expectativas de consumidores e empresários, sobre as decisões de consumo e investimento. Ressalte-se que esse ambiente deverá ser atenuado, nos próximos trimestres, pelo impacto da depreciação cambial sobre as exportações e sobre segmentos correlacionados da cadeia produtiva, e, de maneira mais ampla, pelos efeitos das medidas de ajuste macroeconômico em curso no país.